

FARGETTI, Cristina Martins (org.). (2012). *Abordagens sobre o léxico em línguas indígenas*. Campinas, SP: Editora Curt Nimuendajú. Pp. 399. ISBN 9788599944363.

Resenhado por: Caroline Pereira de Oliveira
(UFMS/CELCAM/PG.IEL-UNICAMP)
Angel Corbera Mori (CELCAM/IEL-UNICAMP)

O livro organizado por Cristina Martins Fargetti¹ é resultado do *I Encontro do Grupo de Pesquisas de Línguas Indígenas Brasileira* (LINBRA, CNPq) realizado em 2011 na UNESP, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara – SP. A publicação é composta por duas partes, a primeira inclui estudos específicos sobre línguas e culturas indígenas enquanto a segunda apresenta estudos metalexigráficos de diversas obras.

No primeiro capítulo Lucy Seki² traz reflexões importantes acerca do processo de elaboração do *Dicionário da Língua Kamaiurá (Tupi-Guarani)*, bem como dicionários bilíngues em que uma das línguas seja uma língua indígena.

Seki aponta ainda dois aspectos principais: (1) a organização da macro e da microestrutura e (2) tipos e natureza das informações a serem incluídas na parte definitória. Sobre o último aspecto, a autora afirma que na investigação dos sentidos diferentes contextos foram utilizados, sendo estes indígenas ou não, uma vez que a comunidade Kamaiurá, como acontece com outras sociedades indígenas, tem contato com a sociedade nacional envolvente.

Para a autora, no caso específico do Dicionário Kamaiurá, o interessante era atingir um aspecto amplo, de modo a atender diferentes públicos e suas distintas necessidades, não só aspectos linguísticos da terminologia, mas também o que é característico da sociedade kamaiurá para a identificação de diversas espécies e suas classificações histórico-sociais. Neste sentido, a autora corrobora com Gerzenstein (1999) em relação à inclusão de dados enciclopédicos e largas definições que sejam capazes de informar de modo amplo conhecimentos extralinguísticos dos membros da comunidade envolvida.

Luiz Carlos Cagliari,³ em *Sistema de escrita para línguas ágrafas*, esboça o complexo processo de se estabelecer e usar um sistema alfabético uma vez que não basta preservar a função alfabética de relação entre letras e sons, mas sim também a grafia e suas normas de uso. O autor reitera, ainda, que o alfabeto é um sistema fonográfico, mas isso não faz dele um sistema de transcrição fonológica e, menos ainda, fonética.

Uma de suas preocupações é justamente expor ao leitor as dificuldades e as explícitas escolhas necessárias ao se propor o estabelecimento de um sistema de escrita para línguas sem tradição gráfica, muito embora o que de fato é importante seja a aceitação da sociedade falante da língua em questão.

O autor ainda nos chama a atenção para a necessidade de se ter, a priori, “uma boa análise linguística geral da língua”, o que inclui estudos fonéticos e fonológicos, sociolinguísticos e, se possível, que o proponente seja ainda falante nativo da língua estudada.

¹ Faculdade de Ciências e Letras – Departamento de Linguística – Araraquara – SP.

² Unicamp - Instituto de Estudos da Linguagem. Departamento de Linguística/Centro de Estudos de Línguas e Culturas Ameríndias.

³ Departamento de Linguística, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, UNESP.

No terceiro capítulo, Cristina M. Fargetti, organizadora do livro, aborda a questão da lematização de lexema da língua indígena Juruna (Tupi). A autora nos mostra, de modo bastante objetivo, que o ideal é que a marcação de acentos gráficos nas línguas seja reduzida, uma vez que seu excesso apenas rebusca sua representação, já que de acordo com Cagliari (2009), de todo modo, a ortografia anula na escrita diferenças de pronúncia, o que permite a convencionalidade do sistema de modo geral.

Para Fargetti a comunidade e sua elegibilidade precisam, sempre, decidir sobre a escrita de sua língua e, no caso da elaboração de trabalhos lexicográficos, é necessário que o pesquisador tenha a cautela de seguir estas escolhas para que a escrita seja compreendida não somente pelo pesquisador, mas também pelos falantes da língua.

Em *Agricultura indígena e as pressões dos transgênicos: o caso do milho*, Márcia Martins⁴ aborda a questão da agricultura indígena perpassando as diferentes técnicas e tecnologias hoje utilizadas no cultivo de diferentes culturas. A autora, no entanto, retrata com maior riqueza de detalhes a experiência dos Juruna no cultivo do milho, situação em que demonstram seus conhecimentos sobre solos, climas, vegetação, animais e ecossistemas multidimensionais.

Uma das situações retratadas pela autora é a da manutenção de patente com relação ao milho transgênico, uma vez que esta espécie é facilmente encontrada em macrorregiões vizinhas às áreas originalmente proprietárias das sementes mutantes, isto porque a ação do vento e de pássaros, por exemplo, semeiam áreas que, a princípio, não possuem a permissão de cultivar tais sementes.

Em *A música indígena no Brasil: movimentos de um repertório em retração*, Marlui Miranda⁵ discute o impacto da cristianização/evangelização das populações indígenas, em especial o caso Suruí, com relação a atividades culturais de cantos e pajelança. A interferência da música cristã tem sido notada, inclusive, nas músicas tradicionais deste povo, uma vez que a melodia destas se apresenta nos cânticos da outra e vice-versa.

A autora reafirma em seu texto o perigo de perda de conhecimentos tradicionais por meio da interferência da religião e cânticos religiosos e consequente retração cultural, já que a “música tradicional é uma manifestação coletiva que emana dos espíritos e entidades, como o domínio dos *wãwã* Suruí ou *ihamri* Palikur (xamãs)”.

Em *Estruturas lexicais na língua mehináku (Arawak)* Angel Corbera Mori⁶ descreve alguns processos morfológicos que ocorrem na formação de palavras em Mehináku, língua do subgrupo Arawak central (Payne 1991) ou Subgrupo xinguano (Aikhenvald 1994).

O autor apresenta uma série de processos morfológicos da língua mehináku para a formação de palavras complexas: nomes alienáveis e inalienáveis, afixos derivativos, sufixos marcadores do gênero do referente, morfemas classificadores, afixos posposicionais, dentre outros.

Wilmar da Rocha D’Angelis,⁷ autor do artigo *Fonologia da língua dos Botocudos de Palmas (PR)*, traz questões relacionadas à morfologia e, em especial, da fonologia da

⁴ Instituto de Ciências Agrárias, UFMG, Montes Claros – MG.

⁵ Compositora, cantora e pesquisadora das culturas indígenas brasileiras.

⁶ Unicamp – Instituto de Estudos da Linguagem – Departamento de Linguística/Centro de Estudos de Línguas e Culturas Ameríndias.

⁷ Unicamp – Instituto de Estudos da Linguagem – Departamento de Linguística/Centro de Estudos de Línguas e Culturas Ameríndias.

língua em questão, a partir do Vocabulário Botocudo de Palmas composto por 148 itens, sendo 143 itens lexicais e 5 orações. O autor apresenta como apêndice de seu texto o vocabulário mencionado.

D'Angelis também compara o dialeto registrado como Botocudo de Palmas com o Botocudo do Taió-Plate, ou Xokleng do Alto Vale do Itajaí do Norte. Outra comparação discutida pelo autor é a do Vocabulário Botocudo de Palmas e vocabulários Xokleng atuais.

Raquel Guirardello-Damian⁸ aborda a semântica dos verbos e auxiliares de movimento da língua Trumai (língua considerada isolada, falada no Parque Indígena do Xingu, MT), bem como nos apresenta um panorama geral sobre as formas e como elas se relacionam entre si. O texto da pesquisadora apresenta questões relativas à expressão de eventos de movimento, verbos de movimento e auxiliares de direção.

Nomes, verbos e posições em línguas Karib ativo-inativas: morfologia flexional e definição de categorias lexicais em Ikpeng é o tópico de Frantomé B. Pacheco. Ele mostra a importância da morfologia flexional na definição e identificação das classes de palavras a partir de uma perspectiva morfossintática, considerando-se aspectos pragmático-discursivos vinculados à interação dos participantes em atos comunicativos (Givón 1990).

Mônica Veloso Borges⁹ contribui com o trabalho *Estudo sobre o léxico da língua Avá-Canoeiro (Tupi-Guarani): alguns resultados iniciais*. O referido estudo é apresentado como uma reflexão inicial de uma pesquisa financiada pelo CNPq em 2008. A autora apresenta neste texto exemplos de questões relativas à constituição de verbetes que envolveram os campos semânticos de aves, animais, peixes, árvores, flores e frutos.

O último texto da primeira parte do livro de Adriana Viana Postigo¹⁰ refere-se a uma descrição morfológica inicial sobre as categorias 'gênero', 'número' e 'grau' da classe dos nomes da língua wauja e integra sua pesquisa de doutorado "Língua Wauja (Arawák): uma descrição fonológica e morfossintática". Os dados analisados foram, conforme a autora, coletados em campo junto a falantes nativos que se encontravam temporariamente na cidade de Canarana bem como na Aldeia Piyulaga – Parque Indígena do Xingu (MT).

Francisco Vanderlei Ferreira da Costa¹¹ discute a necessidade de se criar mais espaços para a escrita da língua indígena materna em seu texto intitulado *Dicionário de língua indígena: uma colaboração para a escrita da língua*. Neste trabalho, o autor apresenta brevemente a situação da língua Guarani no Paraguai e traça um contraponto com o que ele julga necessário para dar encaminhamento à sua proposta, ampliação de espaços discursivos para o uso da língua indígena em terras brasileiras.

Ainda com relação à língua Guarani, agora em sua variante Mbyá, Fernanda Regina Mistieri¹² expõe uma análise do "Léxico Guarani, dialeto Mbyá" elaborado por Dooley (2006). A autora faz uma breve explanação das micro e macroestruturas do trabalho de Dooley e aponta para o fato de este trabalho ser de grande envergadura e fôlego.

⁸ Universidade do Oeste da Inglaterra. Museu Paraense Emílio Goeldi.

⁹ Universidade Federal de Goiás – Curso de Educação Intercultural.

¹⁰ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Curso de Letras.

¹¹ Instituto federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – Licenciatura Intercultural Indígena.

¹² UNESP – Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara-SP, Mestranda em Linguística.

Maria Angélica Cal Garcia,¹³ em *Discutindo dicionário de Libras*, apresenta uma análise de um dicionário Português/Libras e aborda sua necessidade uma vez que o dicionário é de fundamental necessidade, de acordo com a autora, para que os falantes da Língua Brasileira de Sinais – Libras possam adquirir a língua portuguesa escrita como sua L2. O dicionário analisado fora produzido pela ‘Acessibilidade Brasil’, uma sociedade composta por especialistas em educação especial, em parceria com o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

Em *Modelo de Dicionário Bilingue Ka’apor-Português: uma proposta de análise metalexigráfica*, Flávia de Freitas Berto¹⁴ discute o trabalho lexicográfico de Caldas (2009) e explora com detalhes questões linguísticas apontadas por essa autora, no que diz respeito à organização da macro e microestrutura do dicionário.

O artigo de Marília Dias Ferreira¹⁵ *Um trabalho metalexigráfico em dois dicionários bilíngues* tem como foco a análise metalexigráfica de dois dicionários de língua inglesa para falantes nativos do português. De fato, esse texto foge da proposta inicial do livro, que é justamente apresentar trabalhos dedicados aos estudos do léxico de línguas indígenas. Ainda assim, a autora desenvolve sua análise e elenca um dos trabalhos analisados, concretamente o “Oxford Escolar”, como o mais produtivo para aprendizes brasileiros de língua inglesa, mas sem desmerecer os aportes de seu concorrente o “Logman English Dictionary for Portuguese Speakers”, que apresenta um tratamento mais adequado dos denominados *false friends* (p. 350).

O texto de Mateus Cruz Maciel de Carvalho,¹⁶ o décimo sétimo capítulo do livro, é um *Análise metalexigráfica do Dicionário da Língua Baniwa* elaborado por Ramirez (2001). Mas, antes mesmo de explorar esse dicionário Carvalho inclui uma boa discussão sobre o tipo de obra lexicográfica, aspectos teóricos aplicados, aspectos gramaticais presentes no dicionário baniwa. Contudo, aponta para o fato de esta língua não ter merecido ainda um estudo sistemático de sua fonologia e gramática (morfologia e sintaxe) que, em termos do autor, seriam etapas prévias a serem cumpridas antes de se fazer um estudo estritamente lexicográfico (p.364).

Elisangela Alves Gusmão¹⁷ em *Lexicografia e patrimônio imaterial: um estudo do léxico da pesca de Curuçá-PA* esboça a linguagem presente na comunidade em questão com relação à natureza preservada no léxico relativa às atividades de pesca e seus domínios transdisciplinares. Este trabalho se propõe como de relevância científica, já que, conforme a autora, não há trabalhos de cunho linguístico-cultural envolvendo Curuçá – PA sendo assim uma contribuição importante no estudo de léxicos regionais, como uma forma de ampliar o nosso conhecimento do português brasileiro.

Linguística aplicada em um texto argumentativo Juruna: análises para contribuições à Educação Escolar Indígena é apresentado por Lígia Egídia Moscardini.¹⁸ Neste trabalho, a autora faz uma breve discussão acerca da Educação Escolar Indígena

¹³ UNESP – Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara-SP, Mestranda em Linguística.

¹⁴ UNESP – Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara-SP, Doutoranda em Linguística.

¹⁵ UNESP – Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara-SP, Mestranda em Linguística.

¹⁶ UNESP – Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara-SP, Doutoranda em Linguística.

¹⁷ UNESP – Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara-SP, Doutoranda em Linguística.

¹⁸ UNESP – Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara-SP, Mestranda em Linguística.

no que tange, em especial, a prática textual em língua portuguesa de alunos juruna, enfatizando o gênero argumentativo como elemento essencial para melhorar o ensino na escola juruna *Kamadu*.

De modo geral, o livro apresenta excelentes textos, em especial os onze primeiros capítulos, justamente por discutirem temas inéditos e/ou pouco discutidos pela linguística indígena brasileira. Sem dúvida, a obra é uma contribuição importante aos estudos das línguas indígenas que realizam as universidades brasileiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AIKHENVALD, Alexandra Y. (1994). Classe nominal e gênero nas línguas aruák. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi* 10 (2): 137-259.
- CAGLIARI, Luiz Carlos (2009). Aspectos teóricos da ortografia. In Maurício Silva (org.). *Ortografia da língua portuguesa: história, discurso, representações*, pp. 17-52. São Paulo: Contexto.
- CALDAS, Raimunda Benedita Cristina (2009). *Uma proposta de dicionário para a língua ka'apor*. Tese de Doutorado em Linguística. Brasília, DF: Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília.
- GERZENSTEIN, Ana. (1999). *Diccionario Etnolingüístico Maká-Español. Índice Español-Maká*. (Série: Archivo de Lenguas Indoamericanas). Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras – UBA.
- GIVÓN, T. (2001). *Syntax: a functional-typological introduction*. (Vols. 1-2). 2nd edition. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- PAYNE, David L. (1982). A classification of maipuran (Arawakan) languages based on shared lexical retentions. In Desmond C. Derbyshire; Geoffrey K. Pullum (eds.). *Handbook of Amazonian Languages*, vol 3, pp. 355-499. Berlin: Mouton de Gruyter.

Recebido: 30/3/2014

Versão revista: 16/5/2014

Aceito: 21/5/2014.

